

ISSN 2525-6904



SEÇÃO TEMÁTICA



População Trans* e a universidade:

Transições, permanência e pertencimento.

Gabriel Morales Giusti, *Universidade São Judas Tadeu*

José Alberto Roza Júnior, *Universidade São Judas Tadeu*

Luiz Rodrigues Santos Torres, *Universidade São Judas Tadeu*

Pedro David Caparelli Salvador, *Universidade São Judas Tadeu*

Resumo: A questão de gênero é um tema amplamente discutido, especialmente em relação a desigualdades sociais e econômicas, preconceitos e exclusão. Esta pesquisa foca na população Trans*, examinando como a falta de políticas públicas, mecanismos de exclusão e a convivência em ambientes cisheteronormativos afetam seu ingresso e permanência nas universidades. Devido à invisibilidade das questões Trans* e à ausência de dados oficiais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três universitários(as) Trans*. A pesquisa qualitativa busca entender os significados atribuídos às experiências dessas pessoas. A análise de conteúdo de Bardin (1977) organizou os dados em categorias temáticas, combinando depoimentos dos participantes com referências bibliográficas para uma compreensão mais profunda. Os resultados indicaram diversos fatores que negativamente influenciam o ingresso e a permanência dessa população nas Instituições de Ensino Superior (IES), categorizados em ambiente escolar, realidade social e cultural Trans* e ambiente universitário.

PALAVRAS-CHAVE: População Trans. Educação. Universidade.



Introdução

A população Trans*¹ historicamente vem sofrendo processos de marginalização e exclusão em todos os âmbitos da sociedade brasileira, visto que seus próprios corpos são uma afronta às normas e padrões sociais, de gênero e sexualidade, pautados no binarismo biológico, na heterossexualidade e nos papéis sociais que segundo Piscitelli (2009) são fatores que influenciam o comportamento humano, considerando as posições de cada indivíduo na sociedade, culturalmente construídos e enraizados no contexto sociocultural.

O presente trabalho tem o intuito de analisar as condições de exclusão sofridas pela população Trans* no recorte social das universidades, fazendo uma trajetória pelos fenômenos culturais que constroem diversas barreiras para a conquista de liberdade e igualdade para com a população, buscou-se fazer levantamento de mecanismos presentes na sociedade que dificultam as transições do contexto escolar para a vida universitária, como influenciam seu ingresso e a sua permanência.

Diversas reivindicações são conquistadas a cada dia nesta luta por direitos, igualdades e cidadania; como por exemplo a criminalização da homotransfobia, onde a mesma está equiparada ao crime de racismo (ADO 26, STF). Ainda há muito a se atingir no contexto atual, visto a precariedade de dados censitários e políticas públicas, já que no Brasil não há órgãos oficiais que levantem pesquisas sobre essa população, cabendo à entidades como o IBTE (Instituto Brasileiro Trans de Educação), ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), RedeTrans, entre outros, organizar os levantamentos de dados, assim discorre Iazzetti (2021, p. 54), “A ausência de dados se associa historicamente à ausência de políticas públicas – ou mesmo, de sua possibilidade de formulação, dado que tal ausência pode ser acionada no indeferimento da reivindicação de direitos, comumente em estruturas verticalizadas de negociação”.

As questões relacionadas à identidade de gênero e sexualidade vem tomando importante papel no eixo político, social e cultural no Brasil.

¹ O termo Trans* com asterisco é apresentado na dissertação de Brume Iazzetti intitulada ‘*Existe ‘universidade’ em pajubá?*’ e nela é explicado que esse termo vem sendo utilizado por teóricas/os Trans* em diferentes partes do mundo. Nela se inclui a multiplicidade que existe ao se referir a corpos e identidades Trans*, por exemplo: travesti, mulher trans, homem trans, transmascuino, boyceta, não-binário, agênero, gênero fluído etc... Dessa forma “O asterisco atua como uma espécie de elemento multiplicador {...} considerando que muitas das pessoas Trans* se afirmam e se entendem enquanto pessoas trans, e também com algum/ns desses termos”(IAZZETTI, 2021 p. 29)



Importantes movimentos sociais e políticos vem ganhando força desde a segunda metade do século XX, como o movimento feminista e o movimento LGBTQIA+, que trouxeram diversas reivindicações e visibilidade a grupos e populações que historicamente vem sofrendo processos de marginalização e exclusão social.

Partindo do princípio de natureza humana, muitas vezes pautada em uma “natureza biológica”, há uma divisão entre os sexos masculino e feminino, tal divisão criada antes da pessoa nascer, ou então no momento de seu nascimento (JESUS, 2012) traz junto a essa determinação todo um campo simbólico com expectativas de comportamento, possíveis brincadeiras, cores utilizadas que se constroem na fala do médico sobre o sexo do feto (BENTO, 2011).

Esse campo apresenta marcos de uma cultura patriarcal - onde a diferença sexual fundamenta a opressão e a subordinação da mulher pelo homem - religiosa e conservadora que tem suas raízes fincadas na sociedade brasileira desde os tempos da colonização. Essa divisão entre os sexos, que resguarda em si a lógica da dicotomia², serviu como mecanismo para se criar modelos de controle e normatização, de padronização e diferenças, configurando-se num determinismo binário onde sua natureza biológica é definidora de sua sexualidade, de seus comportamentos, de identidades e personalidades, bem como o gênero.

À partir dos movimentos sociais como os feminismos, historiadores(as), filósofos(as/es), ativistas entre outros, começaram a questionar a conceituação de gênero visando ultrapassar os limites e barreiras socialmente impostas, tendo em mente que:

Transexualidade, travestilidade, transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero, uma vez que estão fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações. As normas de gênero definirão o considerado “real”, delimitando o campo no qual se pode conferir humanidade aos corpos. (BUTLER 1990 apud BENTO, 2008, p.20)

Desta forma todos aqueles que se diferenciam de uma “norma” criada por uma longa construção social e histórica do que é ser homem e do que é ser mulher, acabam sendo “representados como o outro e, usualmente, experimentam práticas de discriminação ou subordinação” (LOURO, 2003 p.48). As ideias apresentadas pela autora, dialogam com

²Uma lógica que supões polos opostos e que junto a ela advém a idéia de pólo dominante - pólo dominado (LOURO, 2003)



o que Jesus (2012) demonstra no texto “*Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.*” segundo a autora:

Historicamente, a população transgênero ou trans é estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido à crença na sua anormalidade, decorrente da crença de que o “natural” é que o gênero atribuído no nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o “adequado” para esse ou aquele gênero (p. 11).

Cabe perguntar onde tal discurso normativo que visa a exclusão, ou em outros termos reforça a ideia *cis-heterossexual*³, se constrói e ganha forças, em um pacto de manutenção do poder cisheteronormativo. E surpreendentemente esse mesmo local que reforça essas conceituações é o local que poderia ser usado de outra forma e começar os primeiros passos para desconstruí-las. O problema não está apenas na universidade, ele está presente desde o início da escolaridade, já que ela se apresenta como uma das instituições centrais, no projeto de criação de *seres abjetos*, ou seja, fora das categorias de pensamentos socialmente inteligíveis (BUTLER, 1990), “[...] minuciosa e contínua engenharia social para produzir corpos-sexuados que tenham na heterossexualidade a única possibilidade humana de viver a sexualidade” (BENTO, 2011, p.552).

Como afirma Louro (2003, p.57): “Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso”, e entende também como perpetuá-las e mantê-las ativas. O intuito de se abordar o período escolar não é fazer uma afirmação simplista que se respalda em acreditar que só depende da escola para que ocorra uma mudança no cenário de violência, até porque a vida nas suas mais diversas dimensões não se resume ao que foi ensinado neste período.

Nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988 está colocado como direito social a educação, não podendo haver restrições para seu acesso e permanência, entretanto na prática as pessoas Trans* não são respeitadas e como consequência gera um alto índice de *evasão* escolar, que pode ser concebida na verdade como expulsão escolar, já que essas pessoas são colocadas em situações de exclusão e violência (BENTO, 2011).

³ Cis se refere a pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado no seu nascimento e heterossexual se refere a pessoas que se atraem afetivo-sexualmente por pessoas de gênero oposto do seu. (JESUS, 2012)



Cabe a ressalva que, em maior parte, não são feitos levantamentos por órgãos federais, e sim por meios independentes, como noticiários e pesquisas universitárias. Em uma matéria realizada e publicada pelo jornal O Estado de São Paulo (2019), traçando um macro perfil em parceria com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace) chegaram a números muito assustadores, com um levantamento envolvendo em torno de 420 mil alunos de redes universitárias públicas (78% da rede), o total em porcentagem da representação de pessoas Trans* nesse espaço, não passava dos 0.1%. As informações apresentadas nesta reportagem dialogam com o que tem sido apresentado nos estudos bibliográficos levantados.

Nas universidades é apresentado o contexto de violência, sendo mais evidente, quando se aproxima o olhar da questão do uso dos banheiros, já que as pessoas Trans* muitas vezes são impedidas de utilizá-los. Essa violência advém justamente de como seus corpos são uma representação de resistência, de questionamento e protesto à heterossexualização compulsória, eles constantemente são vigiados e sujeitos à coerção. Os espaços sociais e arquitetônicos são construídos pensando nessa heteronormatividade e impedem que haja espaço para se expressar de forma contrária ao que já está imposto (FERREIRA; ZOBOLI, 2019).

Não se pode deixar de mesclar que as situações as quais as pessoas Trans* enfrentam no ingresso e permanência nas Instituições de Ensino Superior (IES) já são observadas e demonstradas no profundo quadro de desigualdade brasileira, que as universidades, na verdade, privilegiam a formação das elites, já que ainda se perpetua a concepção do discurso meritocrático, e junto a ele se retira toda a sistematização de mecanismos que dificultam esta jornada (LACERDA, M. C., & ALMEIDA, G., 2021).

É necessário que compreendamos a existência de um silenciamento dessas pessoas perante as suas necessidades básicas, principalmente as suas próprias vidas. Silenciamento que se faz na ausência da fala, que retira de si a possibilidade da mudança, sua possibilidade de vida, tornam-se apenas corpos que sem sua propriedade de fala se tornam objetos em suas trajetórias marcadas pela violência.

Desta maneira este trabalho e outros que estão sendo publicados de forma crescente, em consonância com as lutas produzidas pelo movimento de pessoas Trans* e travestis, visam romper esse



silenciamento para que dessa forma se possa contribuir para uma maior inclusão desses corpos discriminados pelas crenças construídas ao longo de nossa trajetória (LOURO, 2003 & FREIRE 1970).

Assim, nos cabe perguntar como todos os fatores apresentados até aqui afetam a entrada e permanência da população Trans* nos meios acadêmicos, aponta-se para a ausência de dados censitários, para a escassez de políticas públicas e diferentes processos de exclusão que afetam a população. O presente estudo tem então como objetivo levantar e analisar estes diferentes fatores e as dificuldades que a população sofre durante suas trajetórias nas instituições de ensino. Para isso, é preciso se aproximar das experiências únicas destes indivíduos, assim foram conduzidas entrevistas com três universitários(as) transgêneros(as) e os resultados obtidos a partir dos relatos dialogam com a fundamentação teórica e promovem uma maior visibilidade às vozes que por muito tempo foram silenciadas.

2. Metodologia

A pesquisa pode ser concebida como uma pesquisa de campo de cunho qualitativo. Nela se procura entender o significado das coisas colocado por Turato (2005) como algo que abrange “fenômenos, manifestações, ocorrências, fatos, eventos, vivências, ideias, sentimentos, assuntos (p. 510)”, porém o que mais interessa ao pesquisador não é alvo em si, mas a significação que ganha tanto individual como coletivamente. Com delineamento em uma pesquisa narrativa, que segundo Paiva (2008, p. 3) pode-se caracterizar como “uma metodologia que consiste na coleta de histórias sobre determinado tema onde o investigador encontrará informações para entender determinado fenômeno”.

Para a coleta dessas histórias foram realizadas entrevistas semiestruturadas, pois permite à pessoa entrevistada protagonismo para relatar sobre suas vivências, experiências e ideias. Cria-se um “espaço relacional”, que segundo Moré (2015) “se caracteriza por uma proposta de diálogo e/ou conversações a respeito de um tema específico (p.128)”, nesse sentido o pesquisador está a procura da subjetivação, ou seja, da experiência/significado do fenômeno ou tema que a priori foi estabelecido. Para tanto no decurso da entrevista é possível que se faça perguntas complementares para elucidar, ou até mesmo agregar o que foi respondido. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo comitê de ética em



pesquisa (CEP), sob o parecer 5.839.591 e CAAE 65405822.5.0000.0089.

Para a realização da pesquisa e a partir dos critérios de inclusão, foram entrevistadas 3 pessoas Trans* que cursavam, ou já cursaram o ensino superior. As entrevistas foram realizadas de forma virtual com duração média de uma hora. Os participantes foram contatados após a divulgação da pesquisa em grupos de redes sociais e aqueles que optaram por participar assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assim autorizando a participação e o uso dos dados coletados na pesquisa, posteriormente aplicou-se um questionário sociodemográfico para o levantamento de informações básicas e em seguida a realização das entrevistas.

O conteúdo das entrevistas foi gravado e posteriormente transcrito. Foram excluídas da pesquisa pessoas que não estavam matriculadas em universidades ou que cursaram um período menor que um ano letivo, aqueles(as) que não responderam o TCLE e aqueles(as) que apresentam algum problema cognitivo, assim não podendo participar da entrevista.

Para análise dos dados obtidos nas entrevistas foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), que separa a análise do material em 3 etapas: 1) pré-exploração do material; 2) seleção das unidades temáticas relacionadas aos tópicos presentes neste estudo; 3) construção de categorias temáticas pensando na categorização semântica, pois permite reunir temas semelhantes. Dessa forma se torna viável mesclar as falas dos participantes com achados bibliográficos, deixando a leitura mais dinâmica e aprofundada. Os conteúdos das entrevistas foram então agrupados em temas gerais e subtemas, seguindo uma ordem cronológica das suas experiências desde o ensino básico até o superior.

3. Resultados obtidos e Discussão

Nesse primeiro momento foi elaborada uma tabela com algumas informações básicas para a contextualização dos(as) participantes das entrevistas, obtidas após a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e de um questionário sociodemográfico. Na tabela 1, estão presentes nomes fictícios para preservar o sigilo dos entrevistados, assim como o seu gênero, sua cor/raça, escolaridade, o curso que cursaram e/ou estão a cursar e se a instituição é (foi) pública ou privada. Após a aplicação do questionário sociodemográfico foram realizadas



entrevistas semiestruturadas de forma virtual, que tiveram duração média de uma hora e análise de conteúdo proposta por Bardin no material obtido das entrevistas. Foi possível separar o escopo dos resultados em três categorias temáticas sendo elas: 1) O ambiente escolar; 2) Realidade Trans*; 3) O ambiente universitário.

Tabela 1: Dados Gerais das(os) Participantes

Nome	Gênero	Escolaridade	Cor	IES	Curso
João	Homem Trans	ES completo	Branco	Pública	História
Alan	Homem Trans	A cursar o ES (5º ano)	Branco	Privada	Psicologia
Erika	Mulher Trans	A cursar o ES (2º ano)	Parda	Privada	Cinema

Dados obtidos a partir do questionário sociodemográfico.

3.1: O ambiente escolar.

Nesta primeira categoria nos centramos na discussão das experiências das(os) participantes durante o período escolar, do ensino fundamental ao ensino médio, assim como também suas questões quanto ao gênero, aceitação e pertencimento que foram se formulando durante esse momento. Como já foi discutido, no momento que a criança nasce a sua experiência na infância já é atravessada por mecanismos discursivos que junto a linguagem dão vida às proibições e afirmações que sustentam o campo da “naturalidade”, dessa forma a linguagem delimita os lugares de cada gênero, assim como oculta e exclui outros por meio de adjetivações, associações e analogias (LOURO, 2003).

A materialidade do corpo só se torna viável através do sexo, sendo deixado às instituições o papel fundamental de dar continuidade a essa engenharia social utilizando de mecanismo de eliminação do que se tem como “o estranho”, ou em outras palavras “o abjeto”. As cirurgias simbólicas, como diz Bento (2012, p. 37), “terão como objetivo controlar e produzir a “sexualidade normal” em corpos sexuados generificados dicotomicamente. Estas cirurgias ficarão a cargo das instituições”.



A escola se torna a primeira instituição responsável pela ocorrência dessa delimitação, diferenciação, hierarquização e exclusão. A separação entre meninos e meninas é estimulada pelas atividades propostas e também pela ridicularização que ocorre quando um(a) menino(a) se apresenta de forma “diferente” do que é esperado para seu gênero (Louro, 2003). Esse caso de separação e delimitação é apresentado pelo participante João, quando fala sobre a sua jornada na instituição escolar:

João:[...] durante muito tempo eu era considerado uma criança masculina, então quando eu era menor eu ficava andando com os meninos, até que chegou a idade da pré-puberdade, uns 10 anos mais ou menos que daí a separação entre meninos e meninas começou a ser mais evidente.

Essa separação serve precisamente para a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais, isso se deve pelo fracasso que a instituição escolar tem de abraçar a pluralidade e a diferença. Para todas(os) aquelas(es) que não se apresentam ou se ajustam ao que se espera e que se idealiza delas(es), lhes resta uma morte em vida (BENTO, 2011 & LOURO, 2003). Esse movimento se apresenta no que foi dito pelas(os) participantes dessa pesquisa:

João: [...] na pré-puberdade quando começou a ter a separação mais de tipo binária, de deixar de ser criança pra se tornar adolescentes os meninos começaram a não me reconhecer como parte deles, então eu fiquei isolado num terceiro lugar durante a maior parte da pré-adolescência [...] eu tive muitos problemas em estabelecer amizades e vínculos, no quinto ano eu passava os meus recreios na biblioteca porque não tinha mais nenhum outro lugar de aceitação.

Alan: A escola foi uma viagem assim, tipo eu passei o ensino fundamental, a maior parte dele, numa escola grande aqui de São Paulo, bem... bem *urgh* e então tipo eu passei bastante por *bullying* assim foi bem ruim nesse quesito [...] é e aí tipo muita parte do *bullying* se dava também por que eu não era muito feminina e aí quando eu comecei a me força a ser mais feminina para me encaixar e parar de sofrer *bullying* por isso começaram a falar que eu era uma puta, então, tipo não dava pra agradar aquela galera de jeito nenhum.

O *bullying*, o isolamento e o silenciamento se apresentam como algumas das formas de exclusão, para Bento (2011) esses mecanismo levam as crianças a deixarem as escolas, mas aponta certeira quando afirma que esse processo muitas vezes fica invisibilizado pelo manto da “evasão”, sendo que na verdade o que ocorre de fato é a expulsão.



3.2: Realidade Trans* - Questões sociais e culturais

Neste capítulo, titulado “Realidade Trans*” é fundamental que analisemos temáticas mais abrangentes, referentes à realidade trans* no meio social, abrangendo as experiências pessoais dos participantes enquanto pessoas Trans* dentro da sociedade brasileira, desde o processo de transição, o sentimento de pertencimento dentro dos padrões cis-heteronormativos e questões e angústias presentes em suas trajetórias. Se faz necessário perpassar tais temáticas para que se possa contextualizar a experiência subjetiva, com objetivo de se aproximar da história e visão de mundo dos participantes, para que então, no capítulo seguinte, possa se adentrar as questões mais específicas ao contexto universitário.

Um dos temas que será usado como ponto de partida é o próprio processo de transição. Deve-se primeiro afirmar que ao usarmos a palavra “processo” - este que não é uma sequência mecânica, e sim a uma ação contínua e prolongada, desta forma, o emprego da frase “processo de transição” remete à história dos participantes enquanto se descobrem como Trans*, seguindo diferentes momentos da vida.

Uma história que dialoga e está relacionada com visão de gênero, que em seu estado próprio é vazio, mas ganha sua vida no dia a dia com práticas que precisam ser desempenhadas para possibilitar o reconhecimento. Também é preciso deixar claro que vivências Trans* são distintas umas das outras, por mais que seja colocado em um termo guarda-chuva, não se pode perder de vista a pluralidade e diversidade que se pode experienciar (BENTO, 2017).

Respeitando a heterogeneidade e a subjetividade da vida humana, pode-se afirmar que difíceis trajetórias uma pessoa Trans* deve passar durante sua vida, uma delas é a aceitação da realidade de uma população que é muito marginalizada:

João: {...} assim a realidade de ser trans além de ser uma coisa muito distante também era uma coisa que eu reconhecia que era muito duro, a primeira vez que eu tive contato com pessoas trans foi quando minha mãe passava de carro embaixo do Minhocão e eu via travestis se prostituindo{...}as nossas primeiras referencias sendo uma pessoa cis ou uma pessoa trans é que ser trans é degradante na sociedade capitalista que vivemos”.

O movimento de se reconhecer como pessoa Trans* é difícil devido a diversos fatores como a marginalização da população, o medo de sofrer violências e transfobias, o medo de não ser aceito pela família e amigos, a



busca por lugares onde se possa simplesmente pertencer. No Brasil por exemplo temos o paradoxo do Estado no campo da legislação, que em sua parte teórica visa garantir igualdade a todos, mas em sua prática é omissa em constituir um campo que consiga promover tal igualdade (BENTO, 2017).

Erika: Então, eu sempre tive muitas questões com o gênero desde muito pequena. A primeira vez que eu levei mais a sério assim, tipo questões se eu sou trans, foi no ensino médio, sei lá com os 16, mas eu dei uma ignorada porque eu acho que eu não... Transicionar me parecia uma coisa muito extrema assim, parecia um negócio muito sério, muito extremo e muito intenso, que não deixa de ser verdade, mas eu basicamente não estava pronta, então deixei pra lá.

Como já discorremos anteriormente, as questões de gênero materializam-se no pensamento das(os) participantes desde a infância, e seguindo um padrão a transição também ocorre em idades semelhantes, no período entre adolescência e a idade adulta. É interessante notar como em algumas falas essa percepção é agressiva, ou chocante para a própria pessoa, isso dialoga com Bento (2017, p. 152) quando diz que “nenhuma outra experiência de gênero é tão forte no sentido de desnaturalizar o que é ser homem e o que é ser mulher”:

João: [...] foi só no terceiro ano, quando eu tinha 17 anos que eu pude considerar uma transgeneridade, primeiro pensei que era *genderfluid* porque eu reconhecia em mim uma vontade de performar feminilidade e achava que isso significava de alguma forma que eu era mulher [...] Daí foi só quando entrei na faculdade mesmo que me percebi enquanto homem trans e essa percepção foi muito agressiva.

Erika: Aí com 19, eu não sei se aconteceu alguma coisa não lembro se aconteceu alguma coisa específica, foi mais eu fui vivendo a minha vida e a cada dia que passava tentar me apresentar no gênero masculino era um trabalho cada vez maior, era um desconforto cada vez maior até que eu cheguei na conclusão natural de que eu sou trans...

Assim, se mostra importante fase transitória o momento entre a adolescência e a fase adulta, onde comumente é o período em que se adentra a universidade e desta maneira, deve-se considerar a hipótese que outras pessoas Trans* passam por situações e momentos semelhantes, quando o “início” da transição e o adentro da graduação se perpassam em momentos relativos.



É pertinente falar a respeito do acolhimento, de momentos de felicidade, lugares onde podem ser acolhidas(os), reconhecidas(os) e respeitadas(as) por quem são e dessa forma apontar para esses trechos se mostra necessário, para não se universalizar a totalidade de suas experiências e ir para além da violência e das situações negativas:

João: [...] Na faculdade eu me encontrei, eu sou formado em história agora, eu fiquei 7 anos na faculdade e esses sete anos foram tipo os anos onde eu consegui me encontrar como pessoa, encontrar um lugar onde eu era completamente aceito, onde eu era celebrado, todas as coisas pelas quais no meu colégio me fizeram sentir vergonha por ser assim ou agir assim, na faculdade eram os principais motivos pelos quais as pessoas me gostavam [...] eu me vi mais feliz em estudar, eu tinha muito mais vontade de ir pra faculdade do que um dia eu tive de ir pro colégio, e é um lugar muito especial pra mim, que é minha segunda casa, se não a minha casa, sabe?

É fundamental o preparo das universidades para o acolhimento e inclusão da população, visto que esse período deve ser tratado com respeito e sensibilidade, e muitas das dificuldades que a população sofre ocorrem justamente nesse momento transitório.

3.3: O ambiente Universitário

As diversas experiências das(os) participantes no âmbito das universidades influenciam a permanência e o bem-estar de pessoas Trans* dentro das mesmas, sendo explorada a percepção das(os) participantes sobre as questões burocráticas do ambiente universitário: do campus à sala de aula, das violências sofridas pela população por colegas e docentes, entre outras questões, uma vez que não é suficiente a ingressar nas IES se não houver ajuda em sua permanência. De fato se vê uma ampliação no acesso das pessoas Trans* na faculdade, tanto devido a ajuda de ONGS, como também a implementações feitas pelo próprio governo, o que claramente não foi possível sem a incessante luta por direitos, por exemplo a possibilidade da utilização do nome social no ENEM.

Se, de fato, houver uma incidência maior no aumento dos programas sociais como o “Transcidadania” pelo Brasil e a garantia da entrada, permanência e finalização da vida escolar, técnica e acadêmica para a população trans do Brasil, haverá de fato uma inversão dos números apresentados pela Rede Trans, visto que investir em uma educação paritária com respeito à identidade de gênero das pessoas trans, *pode*



*ser a única ferramenta que garanta a recuperação de um contexto populacional esquecido e discriminado*⁴. (CENSO TRANS, p. 20)

O nome social segundo Brume (2021) tem como princípio legal:

[...] evitar constrangimentos e facilitar a circulação de pessoas Trans* em meio à redes burocráticas e administrativas, promovendo, no âmbito da educação, seu acesso e permanência. Seja presencialmente ou remotamente, estudantes Trans* podem, a partir desse aparato legal, solicitar o nome social sem apresentar qualquer tipo de documentação adicional ou possíveis “comprovantes” de sua identidade de gênero, seguindo um princípio de autodeterminação (p. 52)

Em 2018 após muitas lutas e atuações de ativistas foi finalmente permitido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a alteração de nome sem a necessidade de documentos adicionais e a padronização de novas cédulas de identidade (RG) que incluem a possibilidade de uso do nome social (IAZZETTI, 2021).

Para fins de demonstração a respeito de como na prática cotidiana nem sempre o que está prescrito na Lei é assegurado, será utilizada a fala de um dos(as) participantes, justamente a respeito das dificuldades que teve em relação a conseguir reivindicar o uso do nome social em uma universidade particular do Estado de São Paulo:

Alan: [...] quando eu finalmente peguei o nome social, porque lá na [Universidade 1]⁵ você não podia colocar nome social se você não tivesse ele no RG, o que é contra lei aliás [...] E quando retifiquei meus documentos eu falei “ tá, agora eu retifiquei, vocês vão mudar meu e-mail?” Eles falaram “não” *risos*. "Você precisa vir aqui trazer uma cópia não sei como blá blá blá", tipo, meu mó burocracia para um bagulho que tá na lei, tá ligado?

Como colocado em Lacerda e Almeida (2021, p. 240): “O não reconhecimento do nome, por exemplo, é um interdito cotidiano, pois configura-se *como privação de um direito civil*⁶, de expressão e de personalidade, pois envolve a exclusão, distinção e restrição”. A questão burocrática também aparece nos relatos da Erika, quando fala justamente sobre a dificuldade de conseguir fazer a mudança no sistema para que seu nome morto não apareça mais nas chamadas, no site da

⁴ Grifo nosso.

⁵ Os nomes das Universidades foram ocultados por questões de sigilo.

⁶ Grifo nosso.



faculdade ou mesmo nas catracas.

Erika: Mas a burocracia da faculdade é muito complicada, no início do ano passado eu tinha a carteirinha lá que colocava na catraca e aí autorizava, na carteirinha estava seu nome social, mas na hora de passar ia seu nome de registro na catraca aí comigo eu só fui lá e eles falaram “tá, vai mudar, mas vai demorar”. E vai na secretaria pedir pra arrumar e não arruma e tem que pedir várias vezes...

Já no caso de João, foi optado por não alterar o nome presente na carteirinha de estudante, por questões pessoais, mas afirma ter acompanhado a mudança de colegas e diz que o processo não é tão difícil, entretanto coloca em questão outro problema que já servirá de gancho para adentrar no próximo tópico, relacionado à transfobia dentro da universidade além de suas experiências na sala de aula.

João: [...] principal problema na questão da mudança do nome social, na utilização do nome social é o respeito pelas outras pessoas, então assim na faculdade a gente tá sempre tá a mercê da vontade dos nossos professores, então quando o professor quer ser escroto, ele será.

No que diz respeito à situações de violência e transfobias dentro da universidade, uma das questões recorrentes que acontecem na sala de aula está relacionada à lista de chamada, o uso do nome morto ou o nome de registro dos alunos e o uso incorreto dos pronomes, tanto por parte dos docentes como por discentes, assim fazendo sequência ao que já foi relatado sobre as questões burocráticas e as dificuldades que os participantes encontraram em fazer mudanças nos sistemas:

João: Teve um caso aberto de transfobia durante a pandemia que uma aluna tava com o email oficial da [UNIVERSIDADE] e ela só que o nome dela no meets não tava constando na lista da professora, e daí a professora falou assim “não, então não posso deixar você ter aula”, e ela falou “não professora é que eu recentemente mudei de nome, esse é meu nome social”, isso já deveria bastar, mas o professor falou “é, não, se você não me falar qual é seu nome de registro eu não posso te aceitar”, constrangeu ela na frente de todo mundo, ela falou “vou te mandar por email professor, não quero falar por aqui”, a aluna mandou por email, a professora recebeu o email e leu em voz alta o nome de registro da aluna.

Aqui se mostra uma situação onde uma docente da universidade não só age com desrespeito mas também com malícia ao ler o nome de registro do aluno, como uma forma de humilhar e agredir essa pessoa na frente da sala. Devemos levantar o questionamento de quais recursos



um(a) aluno(a) tem ao sofrer esse tipo de violência e se as instituições estão preparadas para lidar da forma correta com casos explícitos de preconceito ou transfobia. Seguindo o relato, o entrevistado pondera:

João: [...] na [UNIVERSIDADE] a gente tem a sensação de que a gente tá numa bolha, a gente tá protegido, aqui as pessoas são muito receptivas e todo mundo tem consciência do que é uma pessoas trans, uma pessoa LGBT, aí de repente da forma mais inesperada e violenta você lembra que não, pera, transfobia existe dentro da [UNIVERSIDADE] sim e eu talvez eu seja a próxima vítima.

A universidade pode ser um lugar acolhedor, onde as pessoas possam construir sua identidade e serem reconhecidas para além de seu gênero, onde elas possam encontrar sua segunda casa ou família, porém situações como essa demonstram também que pode ser um espaço onde você não será respeitado e tratado com frieza e preconceito. Além das situações explícitas, ocorrem também momentos onde fica claro que o corpo docente ainda não tem preparo para lidar com a população:

Alan: Teve uma situação meio engraçada que aconteceu que a professora, ela achou que eu era uma mulher trans e aí ela me chamou pra falar assim “Ah qual o nome quer que eu te chame?”, daí eu falei “de Alan, é o nome que tá aí”, daí ela “Tem certeza? Não quer que eu te chame de nenhum outro?” Daí eu “Não! Meu nome é Alan, é o que tá na lista” (...) sempre tinha tipo uma situação ou outra que a pessoa não sabia qual que era meu pronome, daí me chamava no pronome feminino, aí alguém corrigia ou eu corrigia eventualmente...

Aqui se mostra a falta de preparo da docente ao assumir (ainda por cima, erroneamente) o gênero do entrevistado, e mesmo que talvez bem intencionada, este tipo de situação pode gerar muito desconforto para uma pessoa, isso fica ainda mais evidente pelo relato da Erika, ao comentar sobre o deslumbramento que observou em discentes e docentes quando tratavam dela:

Erika: [...] eu lembro que no começo, quando eu tinha entrado na faculdade rolou um certo deslumbramento por parte de algumas pessoas que eu acho que tem muita gente, isso eu até digo por experiência própria antes da minha transição, assim do meu ensino médio, que não tem contato com pessoas trans, tipo as pessoas trans é um negócio muito lenda urbana na internet [...] era um deslumbramento em partes boas e ruins, que tinha gente que ficava muito “meu deus” e tem gente que até hoje eu sinto que tem um pé atrás de vim(sic) falar comigo, sabe? Não sei o porque, não sei quais são os motivos necessariamente mas *eu sinto que tem gente que eu*



intimido de certa forma e os professores também, eu sinto que muitos deles se sentem intimidados um pouco quando tem uma pessoa trans na sala⁷, os professores automaticamente ficam meio nervosos, provavelmente de errar pronome e arranjar algum problema para ele, sabe?

Essa intimidação e nervosismo que acaba acontecendo tanto com alunos como professores dialoga diretamente com a invisibilidade das pautas Trans* e da falta de preparo dos docentes no quesito do acolhimento e do preparo que devia existir dentro da sala de aula. Como Erika pontua, “Trans é um negócio muito lenda urbana na internet” e assim as relações com as pessoas se tornam confusas e muitas vezes pode levar a situações indesejadas, assim ela continua o seu relato:

Erika: Eu lembro que tinha uma professora no primeiro semestre que ela não me reconheceu enquanto trans, que ela não achava que eu era trans e ela falava, então, ela se sentia muito à vontade para virar e falar “não tem ninguém trans aqui, né?” [...] foi com ela que eu percebi que eu acho que tem muitos professores hoje que ficam muito tensos, com a presença de uma pessoa trans na sala e não necessariamente, de novo “necessariamente”, por causa de uma transfobia, mas por um medo de arranjar problema, sabe? Parece que a gente, toda pessoa trans é um imã de potencial problema para ele e tem que ser tudo muito cuidadoso nesse assunto.

A fala que a entrevistada traz sobre a professora remete muito a situação que Alan mencionou, um docente tentando corrigir ou prevenir um possível erro de nome ou pronome, e novamente devemos mencionar que talvez estas falas sejam bem intencionadas, porém como a entrevistada pontua, parece que esse tipo de ação vêm de um lugar de medo e mostra novamente a falta de preparo dos docentes. Esse tipo de situação, como a própria entrevistada afirma, não se caracteriza como transfobia, mas simplesmente ignorância e falta de contato com a população, assim as pessoas acabam sendo tratadas, implícita ou explicitamente, como “outras” e se segue uma relação pelas diferenças. Seguindo esta linha de raciocínio, apontamos para mais alguns relatos de Alan sobre suas experiências e relações com discentes na sua primeira faculdade:

Alan: Foi bem ruim, eu nunca me senti confortável na faculdade que eu estava naquele momento... Agora eu me transferi para a [UNIVERSIDADE 2], mas foi no sexto semestre, até então eu estava na [UNIVERSIDADE 1] e eu me sentia muito mal lá desde o meu

⁷ Grifo nosso.



primeiro dia, tipo eu nunca me senti à vontade, e não sei era só um ambiente que eu não gostava, não gostava das pessoas, tinha crise de ansiedade, eu não queria sair de casa para ir para faculdade de jeito nenhum...

A partir dos relatos, evidenciam-se algumas situações negativas que acontecem na sala de aula e que demonstram alguns dos fenômenos que podem afetar a permanência da população Trans* dentro do ambiente acadêmico. No que se refere ao ambiente, algumas das situações relatadas remetem aos fatores de exclusão que operam negativamente no sentimento de pertencimento, que toma importante função no que diz respeito ao bem estar das(os) estudantes. Em relação ao acolhimento e pertencimento dentro da sala de aula, deixamos por último o relato de João, que em contrapartida mostra como o ambiente pode tomar uma forma positiva e acolhedora:

João: Bom, houve a época que eu fazia o “cis play” por achar que era mais fácil, eu desrespeitar a minha identidade pro conforto dos outros [...] Quando eu comecei a me apresentar de forma masculina isso sempre foi respeitado por todos os meus colegas e eu vi os professores sempre falando João [...] Eu tive também uma rede de apoio muito grande, então principalmente no Zoom quando os professores não tinham essa oportunidade de pedir pra gente se apresentar e tal, toda vez que eu fazia uma pergunta e o professor me referia no feminino, eu tinha cinco pessoas que me conheciam no chat, sem eu precisar fazer isso por mim, tavam lá e corrigiam o professor, então essa rede de apoio sempre foi muito importante, o que fez a minha estadia na faculdade muito especial.

Aqui fica claro como é importante uma rede de apoio e um local onde se é acolhido, e mostra a diferença entre as experiências de Alan e João. No caso de Alan, em diversos momentos sua identidade não foi respeitada, o que o levou a se transferir para outra universidade, enquanto que na experiência de João o ambiente se mostrou muito mais acolhedor e respeitoso. João continua relatando sua experiência e trás uma importante colocação que dialoga diretamente com a diferença dessas experiências:

João: Eu digo que eu tive muita sorte, de todos os lugares, de todos os momentos, de todas as pessoas que eu pude ser trans ao redor eu fui bem sortudo, porque a gente vê por aí várias histórias de pessoas trans não tendo essa mesma sorte, não tendo essa rede de apoio, essa infraestrutura receptiva na faculdade.



Em relação à infraestrutura do ambiente universitário, a questão dos banheiros se torna um dos importantes fatores para o presente trabalho, visto que são constantes os relatos de constrangimentos, desconfortos e em geral o seu uso é causador de receios para a população. A divisão dos banheiros por gêneros começa a ser questionada no momento em que os corpos humanos começam a transitar e os padrões cis-normativos começam a ser problematizados. Um dos pontos principais nos relatos é de se sentir confortável na utilização dos banheiros. Aqui se relata tanto o uso dos banheiros universitários como banheiros de outros ambientes, como de trabalho e públicos:

Alan: Ah... Tipo eu entrava no masculino e foda-se *risos*. Eu falava “ah se alguém vier reclamar comigo eu to mais que pronto pra brigar”, sabe? [...] Tipo minha questão mais era em banheiro publico, tipo quando eu tinha que ir em algum banheiro público que era masculino ou feminino, sabe? Daí eu ficava com medo, mas na faculdade mesmo, não ficava não.

João: A minha utilização com banheiro, por exemplo, meu último local de trabalho foi a [EMPRESA] onde eu fui abertamente trans, mas eu continuava usando o banheiro feminino porque eu nunca consegui me sentir confortável utilizando o banheiro masculino, pela forma pela qual me aparento, eu acho que estaria me sujeitando à uma humilhação, uma ridicularização eu frequentando um banheiro masculino.

Pensando em possibilidades para tornar o uso dos banheiros mais confortável e inclusivo para a comunidade acadêmica, se volta o olhar para banheiros unissex, visto que são uma alternativa que colabora com a desbinarização dos aparatos cis-normativos dos ambientes. Devemos pontuar que a partir dos relatos dos participantes, nenhuma das universidades que frequentam, tanto públicas como privadas, possuem de banheiros unissex.

João: [...] um banheiro unissex seria uma alternativa pra justamente: “ah eu não me sinto muito confortavel com a minha aparência frequentando o banheiro masculino, o banheiro unissex é [...] uma alternativa porque daí eu não estou desrespeitando o meu gênero e nem me colocando em risco.

Erika: Eu lembro que no meu curso técnico tinha um banheiro unissex e salvou a minha vida assim, que eu estava bem no comecinho da transição e é uma fase que você não sabe muito bem como lidar com banheiros se esta tudo bem usar o feminino, com certeza não está tudo bem usar o masculino, tipo e aí como fica?



Fica claro que a implementação de banheiros unissex nos espaços acadêmicos seria uma boa medida inclusiva não só para a população Trans*, mas para todas as pessoas que não se identificam com as formas de gênero cis-normativas. Outra pauta importante que foi levantada durante as entrevistas e que dialoga diretamente com a questão dos banheiros é o conceito de passabilidade, como demonstrado no relato da Erika sobre sua significação e as implicações que o termo remete na vida das pessoas Trans*:

Erika: [...] passabilidade seria uma mulher trans se “passar” como uma mulher cis, ou um homem trans se “passar” como um homem cis, *em questão de aparência, quanto mais próximo da cisgeneridade a pessoa está*⁸, assim é super complicado porque, tipo tem muita pessoa trans que almeja essa “passabilidade”. Se você sai na rua e ninguém sabe que você é trans existem menores chances de você sofrer transfobia.

A questão da passabilidade e da materialidade dos corpos humanos, a relação entre aparência e identidade se tornam temáticas complexas na medida em que se questiona se os ambientes acadêmicos e as instituições da Educação estão aptas para acolher e promover as pluralidades identitárias, pois qualquer espaço, seja público ou privado, também opera como força política, visto que a todo momento regulamentam o comportamento humano a partir das normas e valores culturais, assim se remete à separação binária dos banheiros dentro das instituições e ao desamparo e os desrespeitos que muitos devem sofrer pela falta de opção.

João: Eu acho que na nossa sociedade a nossa vontade de categorizar signos faz com que pessoas trans como eu, que não tem passabilidade, vivam sob constante desrespeito de quem a gente é. Eu preciso constantemente estar preparado pra me afirmar enquanto homem trans ou então escolher se vale a pena aquela situação, porque assim, não vou falar pro cobrador de ônibus “não, é moço e não moça”, eu só vou seguir o meu dia, mas aí você vai engolindo isso todos os dias, e todos os dias, e todos os dias e ou você aceita isso e encontra paz nisso ou então você injeta testosterona sabe?

Os relatos presentes mostram como o desrespeito para com a própria pessoa é cotidiano, e assim a passabilidade é um constante eixo na vivência Trans*. Novamente, deve-se apontar para a invisibilidade da população e como muitas vezes as hipóteses são os únicos recursos para

⁸Grifo nosso.



se dialogar com os problemas levantados, porém, se faz necessário assumir que muitas pessoas passam por dificuldades e situações desconfortáveis nos espaços acadêmicos no seu cotidiano, principalmente no que diz respeito às pessoas no começo da transição ou por aquelas que optam por não fazer a terapia hormonal.

[...] a especificidade da patologização das vivências de pessoas trans (transexuais, travestis, transgêneros) torna explícita a operação normativa que atualiza como saudável a vivência de gênero 'cis', ou seja, cisgênera, reiterando a posição de 'outro' de pessoas trans (PONTES; SILVA, 2018).

Dentro do ambiente universitário percebe-se a importância de coletivos e grupos de apoio para com essa população. Infelizmente nas entrevistas realizadas ao chegar nesse tópico, apenas um(a) dos(as) participantes afirmou a existência desses coletivos no seu local de estudos. Isso se torna muito problemático, pois a presença desses coletivos ajuda na resistência dessas pessoas frente às atitudes transfóbicas que podem aparecer em seu percurso na universidade, além de poder promover uma maior visibilidade e escuta a respeito das demandas das pessoas Trans* (SANTOS, 2017). João relata como esses grupos conseguem promover acolhimento para as pessoas que estão se descobrindo LGBTQIA+.

João: Eu acho que os coletivos são uma opção, e quando a gente se vê como sem opção, sem escolha, quando a gente tá se descobrindo LGBT, quando a gente tá tão cheio de dúvida, quando a gente tem uma coisa de fácil acesso ali, pra sancionar essas dúvidas, é muito importante.

Além do acolhimento, esses grupos servem para compartilhar experiências e formar estratégias de combates para os inúmeros fatores que dificultam a permanência da população Trans* nas Universidades. Uma dessas estratégias para a existência de um ambiente mais receptivo é a organização de debates a respeito das pautas LGBTQIA+, entretanto quando foi adentrado nesse assunto vários entraves apareceram. Nas falas das(os) participantes foi sentida a ausência desses debates, ou quando se apresentavam era de forma muito rasa e pouco efetiva.

João: O sucateamento que temos na nossa educação brasileira nas últimas décadas, principalmente a educação estadual de São Paulo, ele corrobora para que a pauta LGBT, a pauta racial, a pauta feminista não sejam mencionadas dentro da escola e não seja algo pertinente...



No caso de Alan havia palestra e semanas voltadas às discussões de pautas diversas, mas ele explica que devido a forma como a sua universidade era gerida todos os temas eram muito rasos e sem aprofundamento no assunto.

Alan: Cara na [UNIVERSIDADE], não sei na [UNIVERSIDADE 2], a gente tinha “semanas da psicologia” e os temas 90% das vezes eram temas que não levantavam polêmicas, que não faziam ninguém refletir muito profundamente [...] apresentar a teoria *queer* e fazer as pessoas repensarem um pouco, que fosse pra elas saírem com raiva, mas sabe, aproveita esse momento que você está reunindo 1000 alunos numa sala e faz eles pensarem um pouco, sabe?

Já no caso de Erika:

Erika: Palestras não, mas nas salas a gente vai esse semestre, eu estou com uma matéria de diversidade no cinema, a matéria ela é abrangente para todas as minorias pessoas negras, indígenas, mas pessoas LGBT e pessoas trans são mais um aspecto dessa matéria, então sim é abordado muito de leve, muito por cima dentro da sala de aula.

Além dos grupos de apoios é necessário ações afirmativas que possam viabilizar o ingresso e a permanência de pessoas Trans* nas universidades, já que seu acesso é muito limitado. Para tanto é necessário que tais políticas se voltem não só às IES, mas também que abarquem a educação como um todo, pois como foi dito anteriormente essa população sofre com a marginalização desde o início de sua docência. Iazzetti (2021) traz questões muito interessantes a respeito dessas ações afirmativas, entre elas como não são específicas, mas mescladas com outras ações, ou seja como as pessoas Trans* são aglomeradas junto a diversos outros grupos sociais. Além também de como essas próprias ações mais “diversas” servem como justificativa para dizer que elas “já existem”, dessa forma acabam: “abafando possíveis demandas sociais e políticas que visam uma necessária transformação social promovida por tais ações afirmativas” (p. 82).

4. Considerações Finais:

Nosso trabalho começou a partir de uma conversa entre os autores, se indagando sobre o baixo número de pessoas Trans* presentes na Universidade que estávamos cursando, por onde algumas das questões que foram exploradas na pesquisa se apresentaram, mas nunca havíamos pensando na complexidade do tema. A partir do levantamento de dados



para a pesquisa nos demos conta de todo o aparato de exclusão que se apresenta na sociedade e que contribui na permanência das pessoas Trans* em locais marginalizados. Na medida em que se foi adentrando nos processos excludentes, os fatores que influenciam na regulação dos processos normativos sócio-culturais foi crescendo, e assim as temáticas se abrangeram. Tantas pautas precisavam ser discutidas, o que fez necessário um recorte dos principais fatores que contribuem para a permanência de pessoas Trans* no ambiente universitário, buscando uma compreensão da subjetividade dos entrevistados que perpassou diferentes momentos de suas vidas, desde as suas experiências no ensino básico, das suas percepções sobre a realidade da população, para finalmente se adentrar em suas experiências dentro das IES.

Com o referencial teórico foi possível compreender as diferentes barreiras e os mecanismos de exclusão que dificultam a vida da população que já existem na literatura, aos moldes das pesquisas realizadas por Bento (2011, 2017), Butler (2019), Iazzetti (2021) e outros(as) referenciadas ao longo do trabalho. Porém, foi a partir da realização das entrevistas que pudemos nos aprofundar em experiências mais pessoais das(os) participantes, as suas visões de mundo e as suas percepções sobre o ambiente universitário, possibilitando o diálogo entre a pesquisa de campo e a literatura, ao mesmo tempo trabalhando contra a invisibilidade da população.

Diferentes falas apontam para a dificuldade na utilização de nomes sociais, seja em relação às listas de chamadas ou ao cadastro nos diferentes sistemas, questões que foram criticadas pelas(os) participantes. Com esses relatos podemos ter uma ideia de como a porcentagem de pessoas Trans* que conseguem ingressar em uma universidade é baixa e como esse número reflete na falta de organização e incentivos necessários para a permanência da população nas IES. Uma certa adaptação parece ocorrer vindo dos professores universitários, entretanto uma das queixas das (os) entrevistadas (os) é que essa adaptação ocorre somente pelo fato de existir um certo medo por parte dos profissionais de que acabem cometendo algum ato de transfobia, assim preferindo evitar o contato com essas pessoas, demonstrando a falta de preparo dos docentes para com o tratamento às diversidades. Percebe-se então que mesmo quando há iniciativas de inclusão e acolhimento, vem como um sentido de obrigação e não necessariamente algo que é conscientizado.

É necessário dizer que a universidade pode ser um local de



acolhimento, onde se respeita e celebra tanto as igualdades como as diferenças identitárias daqueles inseridos neste contexto, um local onde se possa construir conhecimento, relações e a própria subjetividade, um lugar que é capaz de incluir pluralidades e diversidades, onde se possa encontrar a segunda casa ou família, formar relações e de maneira geral ser um local positivo e importante para a vida das pessoas.

Ainda há muitas barreiras e questões que devem ser problematizadas para que os ambientes de ensino se tornem cada vez mais inclusivos. Acreditamos que a partir das pesquisas e dos relatos apresentados foi possível contribuir para que a comunidade acadêmica situe os diferentes fatores que influenciam a permanência da população Trans* nas IES. Para além de corpos que todos os dias são mortos e para os quais a justiça veda seus olhos, para além de corpos estranhos, ser Trans* é colocar ao mundo que sua vivência é política, que a sua existência abarca a desestruturação de “naturalizações” que desde muitos anos justificam todo um exercício de poder e de exclusão.

5. Referências:

Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº. 26 (Proc.9996923-64.2013.1.00.0000). Supremo Tribunal Federal. Tribunal. Pleno. Requerente: Partido Popular Socialista. Intimados: Congresso Nacional. Relator: Min.: Celso de Mello. 20/02/2019

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. 277 p. ISBN 978-85-62938-04-7.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Revista Estudos Feministas, v. 19, p. 549-559, 2011.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.



BUTLER, Judith. **Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”**. 1. ed. São Paulo: N-1 edições, 2019

BORTOLETTO, Guilherme Engelman. As siglas e seus porquês. *In*: BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+:** identidade e alteridade na comunidade. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Produção Cultural) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. f. 10-11 Disponível em: <https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme_engelman_bortoletto.pdf>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 27 de junho 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

GOMES, Bianca; FAHEINA, Caio; KER, João. **No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans**. Estadão, São Paulo, 5 de jun. 2019. Disponível em: <<https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/no-ensino-superior-o-espelho-da-exclusao-de-pessoas-trans>>. Acesso em: 20 de set. de 2022

IAZZETTI, Brume. **Existe 'universidade' em pajubá? : transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans***. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, v. 2, Brasília: Revista e Ampliada, 2012 *E-book*.

LACERDA de, Milena Carlos; ALMEIDA, Guilherme. **Exclusão “da” e “na” educação superior: os desafios de acesso e permanência para a população trans**. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 19, n. 47, 2021.



LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 6 a Edição. Petrópolis: vozes, 2003.

MORÉ, Carmen. A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde **Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação**. **CIAIQ2015**, Santa Catarina, v. 3, p. 126-131, 2015.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista brasileira de linguística aplicada**, v. 8, p. 261-266, 2008.

PISCITELLI, Adriana. “**Gênero: a história de um conceito**”. In: ALMEIDA, Heloísa. B.; SZWAKO, José E. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, p. 116-148, 2009.

PONTES de, J. C.; DA SILVA, C. G. **Cisnormatividade e passabilidade**: Deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Revista Periódicos*, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 396–417, 2018. DOI: 10.9771/peri.v1i8.23211. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/23211>. Acesso em: 17 maio. 2023.

SANTOS, Adriana Lohanna dos. **Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe** : enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico. 2018. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2017.

SAYONARA, NAIDER, BONFIM, NOGUEIRA. (Brasil). Redetrans (org.). **CensoTrans**: reflexões sobre os dados do censo trans. São Paulo: Redetrans, 2020. 50 p.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no Ensino Superior**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2017.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa**. *Revista de Saúde pública*, v. 39, p. 507-514, 2005.



Gabriel Morales Giusti
José Alberto Roza Júnior
Luiz Rodrigues Santos Torres
Pedro David Caparelli Salvador

193

Trans* Population and the university: transitions, permanence and belonging.

Abstract: Gender issues are a widely discussed topic, especially concerning social and economic inequalities, prejudices, and exclusion. This research focuses on the Trans* population, examining how the lack of public policies, mechanisms of exclusion, and coexistence in cis-heteronormative environments affect their access to and retention in universities. Due to the invisibility of Trans* issues and the absence of official data, semi-structured interviews were conducted with three Trans* university students. The qualitative research seeks to understand the meanings attributed to these individuals' experiences. Using Bardin's (1977) content analysis, the data were organized into thematic categories, combining participants' testimonies with bibliographic references for a deeper understanding. The results indicated several factors that negatively influence the access to and retention of this population in Higher Education Institutions (HEIs), categorized into school environment, Trans* social and cultural reality, and university environment.

KEYWORDS: Trans Population. Education. University.

Gabriel Morales GIUSTI
Graduado em Psicologia (USJT)
Email: morales352@live.com

José Alberto Roza JUNIOR
Doutor em Psicologia (IPUSP), Mestre em Psicologia Aplicada (UFU). Psicólogo Clínico. Professor universitário (USJT), pesquisador em Saúde Mental, com recorte em gênero, raça e sexualidade.
Email: contato@joseroya.com.br



População Trans* e a universidade: transições, permanência e pertencimento.

194

Luiz Rodrigues Santos TORRES

Graduado em Psicologia (USJT)

Email: luizrstorres2010@hotmail.com

Pedro David Caparelli SALVADOR

Graduado em Psicologia (USJT)

Email: pedrocaparelli1997@gmail.com

Recebido em: 18/09/2023

Aprovado em: 10/06/2024